

O PATRIMÔNIO CULTURAL E O TURISMO: NOVOS CONTEÚDOS NA REFUNCIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

Marcelo Panis¹

Introdução

O processo imigratório no Brasil constitui uma marca histórica da formação socioespacial dos diferentes lugares. Este processo tem início com a ocupação e colonização portuguesa pelos povos indígenas.

Mas, entre a ocupação portuguesa e o momento atual, passando pelo período de escravidão e de imigração de europeus não-portugueses, muitos eventos e fatos históricos se desenrolaram e alteraram o curso das sociedades. Estes processos muitas vezes deixam marcas no território que permanecem com passar dos anos e passam a compor a paisagem cultural dos lugares.

Especificamente, o processo imigratório de europeus para o estado do Rio Grande do Sul é uma marca da formação do território gaúcho. A instauração das colônias de imigração de alemães e italianos possibilitou a formação de lugares distintos, paisagens culturalmente constituídas, repletas de bens materiais e simbólicos que denotam a identidade destes lugares, bem como representam uma importante parcela da história gaúcha.

A formação da porção sul do estado, Figura 01, se caracteriza pela ocupação de portugueses, açorianos e espanhóis, ou seja, também foi destino destes imigrantes que chegavam ao solo gaúcho.

O município de Pelotas, Figura 01, localizado nesta parte do estado, ficou conhecido pela opulência das famílias tradicionais da aristocracia rural que dominavam a indústria charqueadora e tinham sua economia baseada no circuito pecuário (MAGALHÃES, 1981). Mas, o crescimento da população e a tendência de extinção do trabalho escravo impuseram à Pelotas a necessidade de buscar novas possibilidades para a produção de alimentos. Este é um dos fatores que possibilitou a criação de colônias de imigração no espaço rural do município, entre alemães, italianos, franceses e outras culturas com menor representação, que passaram a fazer parte da história local, ainda que os olhares permanecessem direcionados à cultura das classes cidadinas abastadas.

Os imigrantes italianos quando chegavam ao espaço destinado à formação das colônias, da mesma forma que nas colônias do norte do estado, encontravam uma paisagem rústica, desprovida de qualquer infra-estrutura. Para iniciar estas colônias o governo fornecia apenas alimentação para um período, ferramentas e sementes para iniciarem a produção. Havia, portanto, a necessidade da aplicação do trabalho, das técnicas e da força para transformar o espaço de forma a garantir mínimas condições produtivas e de reprodução social (CASARIN, 2003).

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. E-mail: panisgeo@gmail.com



Figura 01: Localização do Município de Pelotas no Rio Grande do Sul

Fonte: Elaborado pelo autor (2007)

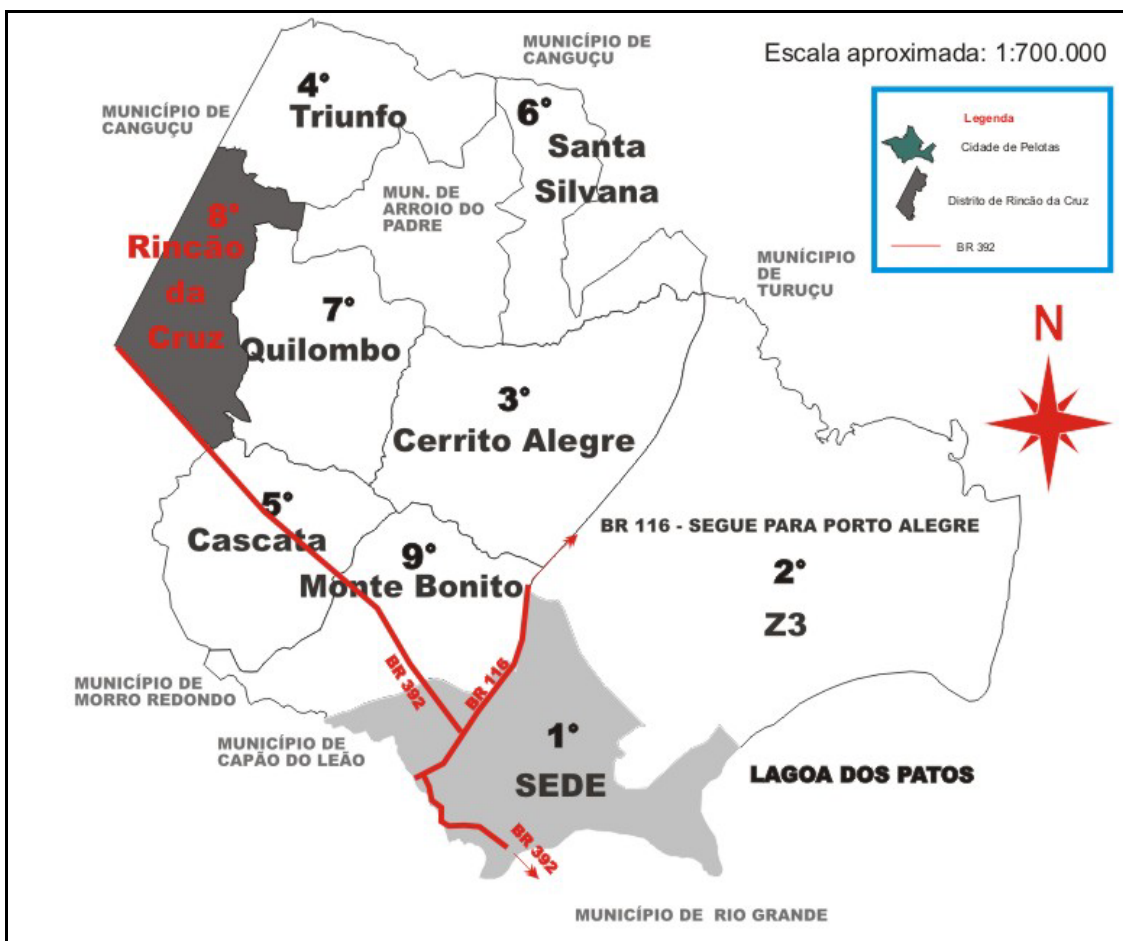


Figura 2: Localização do Distrito de Rincão da Cruz no Município de Pelotas

Fonte: Elaborado pelo autor (2007)

Dessa forma, este espaço colonial em Pelotas, em especial o Distrito de Rincão da Cruz, Figura 3, no qual muitos imigrantes se fixaram, representa uma paisagem socialmente produzida, marcada pela cultura, na qual é possível evidenciar um legado de bens materiais e simbólicos que constituem traços da identidade do lugar e dos que ali habitam. Mesmo no processo dinâmico e permanente de modificação do espaço e da cultura muitos bens materiais e imateriais permanecem atualmente, compondo uma parcela valerosa do arcabouço cultural do lugar (PANIS, 2008).

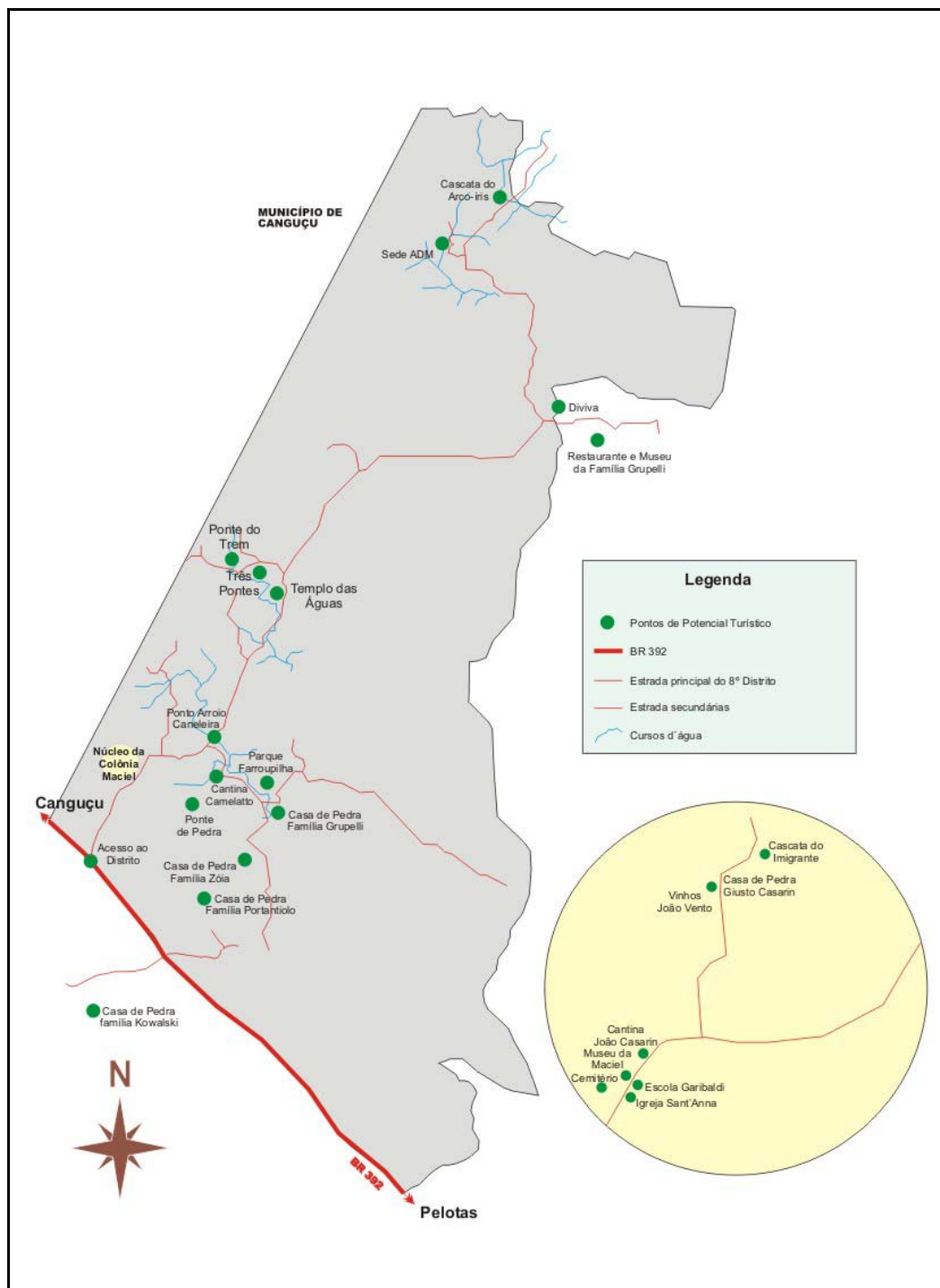


Figura 3: O Distrito de Rincão da Cruz no Município de Pelotas

Fonte: Elaborado pelo autor (2007)

No período atual este espaço pode representar um híbrido, entre a cultura dos antepassados reproduzida cotidianamente e a incorporação de elementos simbólicos e materiais da cultura urbana, artificiais ao lugar, que contribuem para formar uma identidade multicultural (FROELHCH, 2004).

Para Moraes (1996, p. 15) a constituição das formas espaciais representa um produto histórico e a parcela material do espaço passa pelas representações, logo, uma valorização subjetiva do espaço. Assim, por trás das obras e ações estão as concepções, os valores e os interesses. Assim, é possível compreender que a região colonial constitui um produto da cultura, resultado do processo de reprodução social no decorrer da história.

As transformações que ocorrem no espaço são efeitos da ação dinâmica da sociedade no tempo, o que significa uma constante renovação das formas e/ou das funções do sistema de objetos. Mas, muitas das transformações observadas ocorrem por conta de determinações econômicas, não apenas culturais.

Pesquisas documentais e de campo revelam que a formação histórica da região colonial de Pelotas propiciou a constituição de inúmeros bens materiais e imateriais, produtos da cultura na experiência cotidiana dos habitantes do lugar².

No período contemporâneo, este conjunto de bens pode ser denominado de patrimônio, por conta da importância histórica e cultural que adquiriram no decorrer do tempo. Ainda, por representarem a identidade e a cultura dos imigrantes italianos e seus descendentes que, junto aos elementos da natureza, compõem a paisagem colonial da região. Assim, no caso do patrimônio cultural rural Pelotense, são reconhecidos e valorizados todos os elementos, construídos e naturais, referente à arquitetura, às técnicas, os costumes, crenças e o saber fazer do meio rural.

No entanto, os dias atuais, marcados pela tecnologia, agilidade e instantaneidade da circulação de informações, mercadorias e pessoas, impõem ao espaço rural novos contornos produtivos que estejam em sintonia com o mercado global.

Assim, torna-se importante direcionar o olhar ao particular, neste caso à região colonial de Pelotas, para compreender que as formas espaciais, algumas das quais representam a parcela do patrimônio cultural, tendem a adquirir novos conteúdos de uso pelos habitantes do lugar, fenômeno do qual EVASO (2005) denominou de refuncionalização do espaço.

Nesta medida, o objetivo deste trabalho está direcionado à análise da formação histórica da colônia de imigrantes italianos em Pelotas e a constituição, por meio da transformação do espaço, de uma paisagem colonial própria do lugar. Ainda, de como o espaço tende a ser refuncionalizado, adquirindo novos usos contemporâneos, neste caso de análise, para a promoção de atividades de turismo e lazer, inclusive, pela existência do patrimônio cultural da região.

Pelotas, das charqueadas às colônias de imigração

A região sul do estado do Rio Grande do Sul começou a ser ocupada após o tratado de Santo Idelfonso, em 1777, quando os portugueses e açorianos partem da Colônia de Sacramento, no Uruguai, em direção ao norte, costeando a *Laguna dos Patos* até chegar à Viamão, hoje, região metropolitana de Porto Alegre. No decorrer deste percurso muitos se fixaram, dando origem a algumas das cidades gaúchas existentes atualmente, inclusive, Pelotas (LAZZAROTTO, 2001).

² Esta pesquisa refere-se ao trabalho de mestrado do autor, em fase de conclusão atualmente.

O município de Pelotas tem sua gênese atrelada à indústria charqueadora, atividade muito característica em toda a região platina, entre Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina. Em Pelotas, a primeira charqueada foi instalada por José Pinto Martins, em 1780, às margens do Arroio Pelotas. O desenvolvimento desta atividade foi possível porque havia grande abundância de matéria-prima nesta região: o gado bovino. Isto se deveu a existência de gado xucro solto que, em período anterior, pertencia aos Sete Povos das Missões, mas que após as Guerras Guaraníticas ficaram solto pelos campos, permitindo, assim, a formação de grandes estâncias pecuaristas na região sul. Após a instalação da primeira charqueada muitas outras se instalaram ao longo das margens do Arroio Pelotas e do Canal de São Gonçalo. (MAGALHÃES, 1993).

Da instalação da primeira charqueada, em 1870, Pelotas passou pelo título de Freguesia de São Francisco de Paula, em 1812, que atualmente é o nome da Catedral de Pelotas, o título de Vila de Pelotas, em 1832, nome em homenagem às rústicas embarcações utilizadas pelos nativos na travessia dos rios, confeccionadas com o couro animal e quatro varas corticeiras e, finalmente, em 1835 atinge o status de cidade.

Neste período havia no município em torno de vinte charqueadas, décadas depois chegou a trinta e sete, e todo este complexo charqueador representou a economia do município que, inclusive, contribuíram na alimentação das tropas nas guerras dos Farrapos (1835 - 1845) e do Paraguai (1864 – 1870) (OSÓRIO, 1962).

A indústria charqueadora esteve presente no cenário econômico do estado até a década de 1930, entretanto, após a Primeira Guerra Mundial os frigoríficos que se instalaram na região sul do estado, de capital estrangeiro, impuseram restrições ao consumo do charque, pondo fim no ciclo das charqueadas no município e região (FETTER, 2002).

Mas a atividade charqueadora também estava enfraquecida por conta do processo de abolição da mão-de-obra escrava, base da produção desta atividade. Em Pelotas, desde a década de 1880 havia no município um forte movimento abolicionista que, em 1884, já conseguira abolir o uso do trabalho “servil” no município (OSÓRIO, 1962).

Possivelmente, este fato nebulou a formação da Colônia Maciel, em 1884, de iniciativa do governo imperial na área rural de Pelotas, no qual os italianos se instalaram quando chegados ao município. Além do mais, a vida rural não recebia muitas atenções dos cidadãos, principalmente porque a oligarquia do charque representava um círculo social fechado nas famílias abastadas da cidade³.

A instalação das colônias de imigração, alemãs e italianas, no Rio Grande do Sul atendia a duas demandas: primeiramente, à necessidade de ocupar as terras ociosas e, segundo, porque era necessário aumentar a produção de alimentos para as cidades próximas das colônias de imigração (DE BONI & COSTA, 1984).

Os alemães, que chegaram a partir de 1824, receberam terras do governo imperial sob a forma de doação. Estes imigrantes puderam escolher as terras nas quais se assentaram, por isso se instalaram nas regiões do Vale dos Sinos e Vale do Rio Pardo, lugar no qual o solo era mais fértil, o que possibilitou um desenvolvimento satisfatório destas regiões, deixando as regiões de planalto, de acesso mais difícil, para os italianos que chegariam décadas mais tarde (LAZZAROTTO, 2001).

Contudo, a imigração de alemães para o Brasil foi interrompida pelo governo Alemão por conta da unificação do país e pelos relatos das más condições em que os imigrantes eram assentados, desprovidos de condições dignas de vida (ULLRICH, 1999).

É neste contexto que passa a figurar no cenário da imigração para o Brasil e Rio Grande do Sul os italianos. A Itália, neste momento histórico, passava por convulsões

³ Um exemplo disso, é que nas famílias alta classe pelotense, até a década de 1950, o idioma francês era muito utilizado para reuniões e encontros sociais, como afirmação de um “*status quo*” entre eles e como forma de diferenciação social.

sociais por conta da unificação do país. Ainda, estava em pleno processo de industrialização de sua matriz produtiva, o que deixou muitos italianos em condições de miséria, inclusive, no campo, no qual havia muitos sem-terra. Isto significa que a imigração se tornou um bom negócio para o governo brasileiro como para o governo italiano (COSTA *et all.*, 1974).

Contudo, a Lei de Terras do governo geral, em 1850, bem como a Lei 304 do governo provincial, em 1854, estipulava que a terra só poderia ser de posse daqueles que a comprassem ou herdassem, o que significa que os italianos não receberam as terras como os imigrantes alemães, tendo que pagar por elas (GRANDO, 1984).

Mas, em meio aos variados eventos ocorridos durante este período, há a formação da colônia de imigração italiana de Pelotas, a Colônia Maciel, em 1884, de acordo com o registro do *Livro-Tombo da Paróquia Santa Anna*. Como foi dito, esta colônia foi de iniciativa do governo imperial e tinham o mesmo propósito das colônias do norte e do centro do estado já existentes: povoamento e produção de alimentos.

Cabe ressaltar que, apesar da Colônia Maciel ter sido o núcleo inicial no qual os italianos se instalaram, outros núcleos foram fundados à medida que estes imigrantes se espalharam pelas proximidades. Por este motivo, neste trabalho, utiliza-se o termo *região colonial*, pois não é apenas um lugar, mas é todo um território, uma área no qual pode-se encontrar a presença cultural destes imigrantes.

Mesmo que na história pelotense, como de toda a região sul do estado, a vinda dos imigrantes ser pormenorizada, não há como negar sua importância econômica e produtiva nas décadas que se seguiram, contribuindo para que a cidade mantivesse sua ascensão social. Isto, porque, após a decadência das charqueadas foi a economia colonial, oriunda do espaço rural, baseada no circuito produtivo da indústria conserveira, que passa a compor umas das principais atividades econômicas do município. Esta atividade produtiva figurou na economia pelotense até o início da década de 1990 quando, por conta de abertura dos mercados às exportações, entra em decadência (FETER, 2002).

Na região colonial o Complexo Agroindustrial, baseado no pêssego, constituiu não apenas uma parcela da economia dos descendentes de imigrantes italianos, alemães e franceses, mas representou a modificação da formação espacial, no qual muitas formas passaram a fazer parte da paisagem colonial⁴ (SALAMONI, 2000).

Foi por meio deste dinâmico e conturbado processo de formação e reprodução social que a região colonial foi adquirindo suas feições atuais. Assim, muitos bens materiais e simbólicos que compõem a paisagem colonial são denominados de patrimônio cultural, por constituírem na atualidade uma parcela histórica e carregada de valor para a sociedade local.

O sistema de objetos, representado nas formas constituídas no decorrer do tempo, e o sistema de ações, reconhecidos como as funções, conteúdos que preenchem estas formas, se alteram no tempo, por necessidade da própria sociedade local ou por imposição do mercado, muitos deles sendo desconstituídos do espaço e outros adquirindo novos conteúdos.

No período atual o conjunto de objetos, costumes e tradições, componente da paisagem e do patrimônio cultural da região colonial de Pelotas, tendem a ganhar novos usos e funções, são refuncionalizados, para atender às demandas do mercado e de seus possuidores, caso contrário, estarão propensos a serem substituídos por novas formas que atendam às funções necessárias ao processo produtivo. Para Evaso (1999) este processo é denominado de “*refuncionalização do espaço*” e

⁴ Na Região Colonial de Pelotas também há o registro de uma colônia de imigrantes franceses.

diz respeito a alteração no sistema de valores que atinge o sistema material que compõe o espaço construído. Isso significa que nem tudo o que é refuncionalizado deve passar por demolições, reformas ou acréscimos, ou seja, nem sempre se pode observá-lo ocorrer na paisagem. Refuncionalizar é, como a palavra já diz, alterar a função de determinada coisa, e só. Não atrela, de modo algum, a mudança de função com intervenção na constituição física do elemento do sistema material, mas, atribui, a esse elemento, um novo valor de uso, que é a essência de uma refuncionalização. Portanto, a forma, por si só, não se refuncionaliza, mas é o seu conteúdo que assume nova conformação. (EVASO, 1999, p. 35)

Assim, no período contemporâneo, a relação entre o patrimônio cultural e o turismo formata um novo sentido à paisagem colonial, porque redefinem ou ampliam o uso das formas por meio de novos conteúdos socioespaciais.

No Distrito de Rincão da Cruz, por exemplo, as atividades de turismo e lazer demandam maior circulação de pessoas na região colonial utilizando os espaços disponíveis. Os objetos materiais e a natureza adquirem novo sentido de uso outrora estabelecidos por seus possuidores. As cantinas de vinho passam a ser visitadas e o produto consumido pelos visitantes e não mais apenas pela família. As cachoeiras e matas passam a servir como lugares para banho e trilhas, adquirindo um novo sentido de uso e preservação (SCAGLIONI, 2002).

Estes poucos exemplos permitem demonstrar como a refuncionalização pode desencadear um processo de valorização do patrimônio cultural, no caso, contribuindo ainda no reconhecimento histórico da região colonial de imigração italiana em Pelotas.

O patrimônio cultural e o turismo: novas funcionalidades ao espaço rural pelotense

No período atual é bastante comum a comercialização das paisagens coloniais do Rio Grande Sul em que prevalecem a arquitetura e a cultura de descendentes de imigrantes italianos, um patrimônio herdado da acumulação dos tempos de uma herança transmitida por gerações.

No caso específico de Pelotas, apesar destes imigrantes terem chegado nas mesmas levas de imigrantes que foram destinados às colônias do norte e centro do estado, constituíram uma paisagem diferente por conta da proximidade do contato com os imigrantes alemães e dos descendentes de imigrantes portugueses e espanhóis, que haviam chegado e constituído o espaço urbano das cidades da região sul. Marca, ainda, a característica diferenciada da paisagem da metade sul do estado, não só por seus aspectos físicos, na qual se encontra componentes de flora e fauna característicos da região. (PANIS, 2008)

O decorrer do processo histórico e da vivência cotidiana destes imigrantes nesta região colonial significou a constituição de inúmeros bens materiais, móveis e imóveis, e a modificação da paisagem de acordo com as necessidades produtivas e da reprodução social, os quais, contemporaneamente, são denominados de patrimônio cultural.

Cabe ressaltar que, estes bens materiais e imateriais, provenientes de momentos históricos distintos e transmitidos através de gerações, encontrados no espaço rural cotidianamente, podem ser considerados patrimônio tanto por sua antiguidade quanto pelo reconhecimento do valor excepcional e singular que possui para a sociedade local, o que justificaria a sua preservação enquanto um representante cultural. Para Fonseca (1997, p. 11)

A constituição de patrimônios históricos e artísticos é uma prática característica dos Estados modernos que, através de determinados agentes, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que lhes é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos de nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para gerações futuras.

Portanto, é pelo valor que lhes é atribuído, que esses bens são diferenciados dos demais e podem receber uma proteção específica. Em se tratando do patrimônio cultural rural da região colonial de Pelotas este pode ser representado pelas técnicas, costumes, crenças e o “*modus facendis*” do espaço rural. Para Argollo Ferrão (2007) o patrimônio cultural rural pode ser representado por

antigos casarões e senzalas, colônias e casas de trabalhadores dispersas construídas com técnicas tradicionais da arquitetura rural ou com materiais e técnicas alternativas de construção, toda arquitetura vernacular, antigas capelas rurais, antigos engenhos e casas de máquinas, o próprio maquinário desativado, antigos equipamentos de produção e energia (monjolo, rodas d'água, etc), elementos e sistemas estruturais antigos (pontes, diques, barragens, etc.), o espaço físico destinado às manifestações culturais locais (praças, terreiros, largos, vilarejos, etc). (ARGOLLO FERRÃO, 2007, p. 94)

Deve-se, ainda, acrescentar que o patrimônio cultural rural é representado pelos costumes, as crenças, as manifestações artístico-culturais, as formas de expressão, as comidas, as vestimentas, os utensílios domésticos e de trabalho, entre outros.

Em síntese o patrimônio cultural rural é representado pelos bens materiais, imateriais e naturais, que possuem importância singular por serem formas construídas e perpetuadas na paisagem colonial. Ainda, são ícones que simbolizam e identificam diferentes culturas, desde objetos de uso pessoal até as tradições e rituais reproduzidos cotidianamente, elementos que reúnem a memória e a paisagem social do lugar (PANIS, 2008). Para Bortoncello (2004, p. 2),

el patrimonio puede ser entendido como el acervo de una sociedad, este es, el conjunto de bienes acumulados por tradición o herencia, común al conjunto de los individuos que constituyen esa sociedad. El vínculo con la identidad es una característica distintiva, en la medida en que el patrimonio expresaría, de modo sintético, los valores que la sociedad reconoce como propios. El vínculo con la cultura es también central, en la medida en que el patrimonio es parte de una cultura, en muchos casos visto como aquella parte de la cultura que se ha podido conservar.

Isto significa, da mesma forma, que as pessoas do lugar se identificam com este “conjunto de bens”, de maneira que estes representam e reforçam a identidade da sociedade local e um sentimento de pertença ao lugar. Além disso, este patrimônio cultural é carregado de valor simbólico, levando as pessoas a identificarem nele aspectos da cultura e, por isso, valor singular.

No caso do patrimônio cultural no espaço rural Pelotense, pode-se destacar uma paisagem colonial, figura 12 e 13, na qual se pode verificar a presença de bens materiais construídos como casas de pedra, figuras 10 e 11, moinhos, cantinas de vinho, figura 14, ferramentas de trabalho, dentre outros; elementos da reprodução social cotidiana, como a religiosidade, técnicas de trabalho, a produção do vinho, figuras 8 e 9, práticas de lazer e as festas religiosas, entre outros.

Cabe ressaltar, entretanto, que este patrimônio possui mais um reconhecimento mais social do que de base legal, ou seja, não há nenhuma segurança quanto a sua

conservação ou preservação, uma vez que o município não possui uma política pontual para o patrimônio cultural rural.

Embora existam iniciativas para a preservação vindas da própria comunidade, como a criação do Museu Etnográfico da Colônia Maciel, figura 05, a valorização da cultura e tradição dos imigrantes não é uma realidade, visto que muitas famílias perderam traços da tradição e da identidade, por vários aspectos, que não podem ser resgatados, uma tendência que pode levar ao esquecimento histórico da ocupação colonial no município⁵.

Mas, a busca de novas atividades econômicas tende a demandar novos usos do patrimônio cultural, a fim de atender às demandas de seus possuidores e do mercado, constituindo um ingrediente importante para o desenvolvimento de atividades de turismo e lazer.

A refuncionalização do espaço, aliás, é uma ação muito comum nos lugares em que há a promoção de atividades de turismo e lazer, potencializado, de forma especial, pelo fato de o turismo, segundo Cruz (2001) ter se tornado uma das atividades com maior movimentação de capital nas últimas décadas.

Não se pode deixar de analisar que, apesar deste patrimônio cultural rural ganhar uma nova funcionalidade (turística) pode, por este motivo, passar a ser preservado ou conservado por seus possuidores, e mesmo pela comunidade externa. Mas, os mecanismos de preservação, em especial dos bens materiais, ainda é muito frágil, visto que em geral as políticas de preservação estão, em geral, voltadas para o espaço urbano.

Além disso, o rural tem sido cada vez mais procurado pelos habitantes do espaço urbano. Estes buscam uma reaproximação, um reencantamento, com os elementos da natureza, mais presentes nestes lugares. Estes espaços ocupados por imigrantes europeus além de representarem lugares de descanso, são, também, lugares de cultura, nos quais o turista busca o contato com o diferente, com outra cultura.

Assim, o Distrito de Rincão da Cruz, parcela do espaço colonial Pelotense, apresenta-se como lócus representativo àqueles que buscam espaços que conjuguem natureza para o descanso e o contato com outra cultura material e imaterial, em geral, bastante comum no que diz respeito às atividades de turismo e lazer.

Deste modo, frente à procura que o espaço rural tem recebido para as atividades turísticas e lazer, em muito representados pela refuncionalização do espaço, pode-se dizer que o patrimônio cultural e qualidade ambiental simbolizam novos atributos à promoção destas atividades, bem como Paes-Luchiari (2002) havia analisado ao espaço urbano.

Cabe fazer uma ressalva, entretanto, que estes lugares necessitam de mecanismos de planejamento e gestão de forma a organizar o turismo nestes espaços, no qual os habitantes do lugar sejam diretamente os responsáveis pela promoção das atividades e não venham a ser excluídos do processo. Isto, porque, de nada adianta criar cenários atrativos aos turistas se estes representarem a perda da bagagem cultural, o consumo indiscriminado dos elementos da natureza e, ainda, a mera utilização do patrimônio como atrativo turístico.

Isto significa que é necessário criar condições materiais e de organizar as políticas públicas, de forma que os habitantes do lugar, proprietários do patrimônio e da bagagem cultural, possam dialogar com o poder público, e mesmo alguns parceiros privados, de forma a garantir que eles mesmos sejam os promotores das atividades de turismo e lazer e responsáveis pela conservação e proteção do patrimônio cultural rural.

⁵ Entre os muitos motivos da perda de elementos identitários e da cultura, pode-se destacar: os casamentos inter-étnicos, as proibições de uso do idioma em épocas de guerra e o preconceito cidadão pela condição de ser colono.

Neste sentido, a utilização da paisagem colonial como atrativo e destino turístico engendra novos usos contemporâneo do conjunto dos bens culturais. No caso da região colonial pelotense este potencial está sendo explorado pelos próprios habitantes do lugar organizados num Grupo Associativo de Empreendedores em Turismo Rural - GASSETUR, o que significa que, ainda, não há a intervenção de empresas privadas.

Este grupo, além de manter a produção agropecuária, tem por objetivo “promover e incrementar o Turismo Sustentável na Zona Rural de Pelotas, propiciando melhoria na qualidade de vida dos residentes da Colônia, movimentando a economia e diversificando o lazer oferecido para o município de Pelotas e Região”⁶.

Isto significa que existem inúmeras iniciativas na região colonial de Pelotas que têm o intuito tanto de preservar e divulgar o patrimônio cultural do lugar quanto promover atividades de turismo e lazer. Além disso, a própria atividade de turismo pode contribuir na preservação do patrimônio, desde que seja uma atividade em que os habitantes da região colonial sejam os responsáveis e beneficiados.

Algumas considerações preliminares

Este trabalho compreende uma parte da pesquisa de mestrado do autor, significa uma contribuição para os estudos sobre os novos usos contemporâneos do patrimônio cultural para o desenvolvimento de atividades de turismo e lazer.

Como representa parte de um trabalho maior não tem a pretensão de esgotar o assunto. Ao contrário. O objetivo é de contribuir de forma pontual no aprofundamento e debate das questões relacionadas à temática, com empenho a dar continuidade à pesquisa, além de contribuir com outros estudos relacionados ao tema.

O turismo tem-se apresentado aos lugares, no campo ou na cidade, como uma alternativa ao desenvolvimento local e à geração de empregos e renda. Além disso, nos lugares em que se verifica a presença de patrimônio e culturas com identidade marcante, percebe-se um maior interesse daqueles que buscam espaços de turismo e daqueles que promovem estas atividades, principalmente de iniciativa privada, em investir nas atividades de turismo e lazer.

No período atual, cada vez mais, o rural tem sido objeto de investimentos em modernização da produção agrícola, ou, ainda, lugar de preservação da paisagem natural, muitas vezes, não sendo levada em conta a dinâmica da sociedade e a riqueza cultural que o lugar possa possuir.

Por este motivo que se torna importante empenhar pesquisas em analisar os fenômenos que perpassam a realidade rural e a promoção do turismo no rural, no sentido de compreender os mecanismos do mercado e da mercantilização da paisagem social destas sociedades, por meio do processo de refuncionalização das formas-conteúdos, da mesma forma, o entendimento da trajetória das alterações na cultura e identidade dos habitantes do lugar.

⁶ Em www.pelotascalonial.com.br acesso em 10/10/2008.

Referências Bibliográficas

- ARGOLLO FERRÃO, A. M. Arquitetura rural e o espaço não urbano. **Labor&Engenho**, Campinas, ano I, nº 1, p. 89-110, março 2007.
- BORTONCELLO, Rodolfo. (2004) Patrimonio y territorio. Claves a partir de la valorización turística. In: **Terceras Jornadas Interdepartamentales de Geografía**. Tucuman, octubre, Buenos Aires: Mimeo.
- CASARIN, Margarete Cristina. **Imigração Italiana no município de Pelotas: uma análise sobre a Colônia Maciel – Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas – RS**. Pelotas: UFPel, 2003. (monografia)
- COSTA, R. et. all. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, Sulina, 1974, 134 p.
- CRUZ, R. de C A. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001, 167 p.
- DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EST – Correio Riograndense – EDUCS, 1984, 244 p.
- EVASO, A. S. (1999) A refuncionalização do espaço. In: **Experimental** – Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental, FFLCH – Departamento de Geografia da USP. São Paulo: Humanitas, p. 33-54.
- FETTER, Leila Maria Wulff. **A colonização ocorrida na área rural de Pelotas na segunda metade do século XIX**. 2002. 1300 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), UCPEL: Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2002.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997. 316 p.
- FROEHIICH, J. M. A (re)construção de identidades e tradições: o rural como tema e cenário. In: FROEHIICH, J. M.; DIESEL, V. (orgs). **Espaço rural e desenvolvimento regional**. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2004. 312 p.
- GRANDO, Marinês Z. **A colonização européia não portuguesa no município de Pelotas**. Porto Alegre: Ensaios da FEE, v. 5, nº 2, 1984, p. 47-55.
- LAZZAROTTO, D. **História do Rio Grande do Sul**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001, 212 p.
- MAGALHÃES, M. O. **História e tradições da cidade de Pelotas**. Caxias do Sul: UCS, 1981, 55 p.
- MAGALHÃES, M. O. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860 – 1890)**. Ed. UFPEL. Pelotas, 1993, p. 66-67.
- MORAES, A. C. R. **Ideologias Geográficas**. São Paulo: Hucitec, 1996, 156 p.
- OSÓRIO, F. L. **A cidade de Pelotas**. Rio de Janeiro: Globo, 1962, 237 p.
- PAES-LUCHIARI, M. T. D. A Mercantilização das paisagens naturais. In: **Enfoques contemporâneos do lúdico: III Ciclos de debates lazer e motricidade**. Campinas: SP, 2002, p. 25-41. (Coleção educação física e esportes).
- PANIS, M. **O Turismo no perspectiva da multifuncionalidade do espaço rural: O caso do Distrito de Rincão da Cruz – Pelotas/RS**. 2007. 118 p. Monografia de conclusão de curso (Graduação em Geografia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2007.

PANIS, M. O patrimônio Cultural e o Turismo: Novos usos e funções do espaço rural pelotense. In: **XV Encontro Nacional de Geógrafos**. Anais do... São Paulo: USP: AGB, 2008, 11 p.

PARÓQUIA SANTA ANNA. **Livro tombo**, 1884.

PEIXOTO, Luciana da Silva. **Memória da imigração italiana em Pelotas/RS. Colônia Maciel: lembranças, imagens e coisas**. Pelotas: UFPel, 2003. (monografia)

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997, 142 p.

SALAMONI, G. **Produção familiar: possibilidades e restrições para o desenvolvimento sustentável - o exemplo de Santa Silvana – Pelotas - RS**. Rio Claro: UNESP, 2000. (Tese de Doutorado)

SCAGLIONI, Cláudia Ehlert. **Turismo Rural: fonte alternativa de renda para o produtor familiar no distrito de Rincão da Cruz – Pelotas – RS**. Pelotas: UFPel, 2002. (monografia)

ULLRICH, Carl Otto. As Colônias Alemãs no Sul do Rio Grande do Sul. In: **História em Revista**. Pelotas: Núcleo de Documentação Histórica, Ed. Universitária / UFPel, 1999, p.137-161.

ANEXO DE FOTOS



Figura 4: Sinalização Turística
Fonte: Autor (2008)



Figura 5: Museu Etnográfico da Colônia Maciel
Fonte: Autor (2008)



Figura 6: Bens naturais - Áreas de banho
Fonte: Autor (2008)



Figura 7: Bens naturais - Áreas de banho
Fonte: Autor (2008)



Figura 8: Parreirais e produção do Vinho
Fonte: Autor (2008)



Figura 9: Parreirais e produção do vinho

Fonte: Autor (2008)



Figura 10: Bens materiais – Casas de Pedra

Fonte: Autor (2008)



Figura 11: Bens materiais – Casas de pedra

Fonte: Autor (2008)



Figura 12: Paisagem Colonial
Fonte: Autor (2008)



Figura 13: Paisagem Colonial
Fonte: Autor (2008)



Figura 14: Bens Imateriais – Fabrico do vinho
Fonte: Autor (2008)